



4961 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)  
GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

A EJA NO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: PERFIS, ESPACIALIDADES E MOBILIDADE  
Marcelo Andre de Souza - UFF - Universidade Federal Fluminense

### A EJA NO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: PERFIS, ESPACIALIDADES E MOBILIDADE

#### RESUMO

Este artigo visa apresentar alguns resultados obtidos na dissertação defendida em 2018, que teve como questão central o território e as características dos alunos da EJA no ensino médio da rede estadual no território Zona Norte do município do Rio de Janeiro, a fim de contribuir para as discussões no campo da diversidade, desigualdade social e educação. Com a hipótese de que estes discentes apresentam regularidades que podem variar de acordo com o território, este artigo traz como resultados a análise desta modalidade como política pública, após 1988; as diferentes espacialidades do território em estudo e a análise de 27 variáveis cujo foco deu-se especialmente na busca de tendências e diferenças espaciais presentes no território. Em resumo, a pesquisa ressalta que as diferenças espaciais revelam diversidades, que por estarem associadas a indicadores como sexo, cor, idade e renda, evidenciam desigualdades sócio-espaciais intra-urbana no território municipal que em última instância ecoam dentro das escolas.

Palavras-chave: EJA, Ensino Médio, Território, Diversidades.

#### Introdução

Este artigo visa apresentar alguns resultados obtidos na dissertação, defendida no ano de 2018 na área da Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Ao longo da dissertação algumas questões foram discutidas, a fim de contribuir com as reflexões referentes à Diversidade, desigualdade social e Educação, considerando a temática da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sob o aspecto das características dos alunos matriculados no ensino médio da rede estadual no município do Rio de Janeiro e suas possíveis distinções dentro do território.

Para isso, foi utilizado o banco de dados da pesquisa "*Escola, Trabalho e território: elementos para a compreensão dos modos de transição para a vida adulta de jovens em 'defasagem escolar' no Rio de Janeiro*" que abrangeu áreas distintas de todo o município do Rio de Janeiro, na busca de compreender as trajetórias de vida e de escolarização dos jovens estudantes em defasagem escolar no ensino médio da rede estadual. [\[1\]](#)

Assim, ao questionar sobre como se caracterizava essa população de alunos presentes nas diversas configurações territoriais existentes no município, esta pesquisa trouxe como hipótese a ser testada, o pressuposto de que os discentes observados apresentam regularidades de natureza, geracional, socioeconômica, de sexo, da cor de pele, de situação domiciliar e de local de nascimento, que podem variar de acordo com o território, considerado como variável de análise.

Para isso, buscou-se elucidar alguns questionamentos referentes às configurações e as mudanças educacionais na EJA do ensino médio, enquanto política pública. Fundamentado no conceito de território, procurou-se compreender como se configura o município do Rio de Janeiro e como sua população espacializa-se dentro dos seus limites.

Aprofundando ainda mais o caráter da espacialização, foram investigadas as variações e as regularidades presentes nos alunos matriculados na EJA do município. Por último, aproximando a escala geográfica, buscou-se compreender com que frequência os alunos da Zona Norte dominam as demais áreas da cidade, considerando sua mobilidade.

Ao considerar a relevância do tema estudado, cujo recorte territorial é um município de notória posição econômica, assim como um território de disparidades sociais, a contribuição desta pesquisa como conhecimento acadêmico pode ocorrer no sentido de enriquecer o debate acerca das reflexões sobre a articulação entre diversidades, desigualdade social e educação. Poderá também ressignificar práticas e saberes pedagógicos para contemplar as demandas identificadas na EJA no ensino médio ao se discutir os intervenientes nas diferentes trajetórias dos alunos acima de 18 anos, em defasagem escolar, identificando suas variações e regularidades em relação ao território que habitam.

No que se refere aos aspectos metodológicos, a pesquisa esteve ancorada nas informações contidas no banco de dados produzido em 2014, que contém 933 questionários aplicados em 14 escolas, localizadas nas Zonas Sul, Centro, Oeste e Norte da cidade do Rio de Janeiro. Os questionários são constituídos por 85 questões que abrangem sete blocos de itens, intitulados: perfil socioeconômico; sobre trabalho e estudo; trajetória escolar; informações sobre a escola; seu futuro e programas de educação; atividades cotidianas e lazer; internet.

Para caracterizar a EJA no ensino médio, no Brasil e seus reflexos no estado do Rio de Janeiro foram utilizados os artigos acadêmicos, as legislações produzidas a partir de 1988 e os dados estatísticos obtidos nos Censos Escolares do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) além dos últimos relatórios publicados pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), em especial o do ano de 2013, quando foram aplicados os questionários.

A sistematização das características geográficas e populacionais do território da Zona Norte município e do Rio de Janeiro, foram alcançados com base nos trabalhos acadêmicos em conjunto com as fontes de dados do "IBGE Cidade", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do Censo demográfico de 2010 e o "Armazém de dados"

produzido pelo Instituto Pereira Passos (IPP), com base no Censo de 2010.

A caracterização dos perfis dos alunos ocorreu com a análise de 27 (vinte e sete) variáveis, considerando aspectos referentes à idade, ao sexo, à cor, ao local de moradia, ao trabalho, à renda e ao nível de escolaridade familiar entre outras variáveis. Para isso, com o auxílio do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), foram produzidas frequências absolutas e percentuais do município. Essas frequências foram agrupadas nas seguintes áreas: Centro/Zona Sul; Zona Oeste e Zona Norte, a fim de verificar relações ou disparidades dessas áreas com os percentuais do município, assim como entre elas.

A identificação dos perfis de alunos, incluídos ou excluídos no processo de domínio (enfoque concreto, político-econômico) e apropriação (sentido simbólico) do território da cidade ocorreu destacando a variável que verificava a frequência de circulação dos alunos em outras áreas da cidade, fora de seu local de moradia e estudo. Esse item foi utilizado como ponto de reflexão e dele foi observado possíveis variações sobre as variáveis sexo, cor, idade, renda, trabalho, trajetória escolar e vínculos de amizade.

Nessa etapa, a Zona Norte foi destacada das demais áreas da cidade, a fim de que este território fosse objeto de análise em relação à média dos demais territórios do município. As informações obtidas neste cruzamento serviram para caracterizar a população dos alunos, assim como analisar a diversidade existente no município, sobretudo nesta região.

Para melhor organizar os resultados obtidos este artigo está dividido em quatro capítulos intitulados “A Educação de Jovens e Adultos e o ensino médio no Brasil: reconfigurações e confluências a partir da Constituição de 1988”; “Configuração territorial do Rio de Janeiro e suas espacializações”; “Os alunos da EJA no ensino médio do município do Rio de Janeiro: suas tendências e variações no território” e “Os alunos da EJA no ensino médio na Zona Norte e a mobilidade pelo território”.

### **A Educação de Jovens e Adultos e o ensino médio no Brasil: reconfigurações e confluências a partir da Constituição de 1988**

Como reflexões sobre o ensino médio e a EJA no ensino médio que tange as políticas públicas, observa-se que ambas vêm adquirindo considerável relevância no cenário educacional brasileiro, particularmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou os direitos sociais aos brasileiros, principalmente os educativos. A educação passa a ser reconhecida como um direito de todos os cidadãos, inclusive àqueles que não tiveram a oportunidade de realizar sua escolaridade. Assim, como principal eixo norteador das reconfigurações ocorridas com a promulgação da Constituição Federal, destaca-se o inciso I do art. 208 e a Emenda Constitucional nº 59/2009 que asseguram a garantia da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Outros instrumentos normativos complementam o conjunto dos marcos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que detalha e organiza o sistema educativo brasileiro e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) que fixa as metas decenais a serem alcançadas pelo sistema de ensino entre os anos de 2014 a 2024, além das Diretrizes Curriculares para a EJA (Resolução CNE/CEB nº 01/2000), para o ensino médio (Resolução CNE/CEB nº 02/2012) e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº 06/2012); e as Diretrizes Operacionais para a EJA (Resolução CNE/CEB nº 03/2010).

Como marcos políticos operacionais, nos quais se evidencia o espaço ocupado pela EJA na agenda dos governos, destacam-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a partir da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), a partir do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, atualmente denominado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

A função social do ensino médio foi reconfigurada ganhando maior relevância. Antes, de caráter dual, essa etapa da educação era vista como das elites e dos setores emergentes da classe média e durante muito tempo foi considerada como um percurso educacional de transição para o ensino superior. Para as classes populares, visava meramente a preparação para o mercado de trabalho como formação técnica.

Até então, a EJA e seu público eram tratados com indiferença por políticas públicas cujo objetivo maior era o caráter alfabetizador dos cidadãos, sem promover a articulação ou promover a continuidade dos estudos nas etapas seguintes de escolarização.

Situação reconfigurada com a Lei nº 9394/96 que estabeleceu novas concepções de EJA e de ensino médio garantindo o avanço do atendimento da escolarização de jovens e adultos, para além do simples acesso à escola, mas também na produção do conhecimento no mundo da cultura e do trabalho, por jovens e adultos que se constroem como sujeitos na prática social.

Ao longo dos seus 21 anos de existência, a atual LDB sofreu muitas alterações, mas ficou inalterado o ideário de formação da classe popular, voltada para o mercado de trabalho. Para a EJA observa-se uma articulação à educação profissional, desconsiderando o desenvolvimento individual e a promoção da cidadania, outras duas condições essenciais destacadas pelo art. 205 da Constituição Federal.

Acresce a isso que a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 ao versar sobre a reforma do ensino médio, reconstrói a dualidade propondo uma reforma na estrutura do sistema atual do ensino médio, em que ao flexibilizar a grade curricular, permite ao estudante a “escolha” de seguir os estudos no nível superior ou entrar no mundo do trabalho.

Ao considerar a “segregação” existente dentro dos ambientes escolares, assim como as condições precárias da oferta do ensino médio do país, a reforma poderá, além de resgatar a dualidade, tão combatida ao longo dos anos, promover ainda mais a exclusão e a precarização do ensino. Além disso, estas ações poderão representar uma ameaça à democratização do ensino público, aprofundando ainda mais as desigualdades educacionais e sociais e cercearão os estudantes, sobretudo os da escola pública, do direito a uma formação plena, de qualidade, como requer e estabelece a Constituição Federal.

Apesar desse retrocesso articulado pelo atual governo, as mudanças ocorridas fizeram com que as escolas públicas recebessem um novo contingente de estudantes, não raro, jovens, filhos das classes trabalhadoras com características diferenciadas, cujas demandas não são atendidas, a fim de combater a desigualdade social existente na sociedade brasileira com relação ao direito à educação.

Assim, a EJA no ensino médio no cenário nacional caracteriza-se por ter a rede pública estadual como a dependência

administrativa com o maior número de alunos matriculados na EJA no ensino médio. Outra tendência é presença de discentes egressos do ensino regular sugerindo que esta modalidade está recebendo alunos que possuem um histórico de retenção e evasão que buscam meios para conclusão da sua escolaridade.

Com essa conjuntura o que se constata dentro das ações de políticas públicas no âmbito da educação, em especial a EJA do ensino médio, é uma nova identidade para esta modalidade, limitando-se a ser mais uma ferramenta de aceleração de escolaridade e acesso à certificação, assim como os projetos instituídos nos ensinos regulares.

O estado do Rio de Janeiro, segue as tendências do contexto nacional, pois essa modalidade de educação recebe ações pontuais no âmbito das políticas públicas, não sendo tratada como uma política de estado, mas de governos que não a reconhecem como estratégica para o desenvolvimento socioeconômico de um território (JULIÃO, 2017). O mais recente está associado ao programa Nova EJA implementado na maioria das escolas estaduais com ensino noturno e que tem como pano de fundo o interesse do governo em melhorar os indicadores da educação do país, visto que os alunos das classes de EJA não são contabilizados e avaliados nos índices.

Toda essa conjuntura contribui para que a penetração dos jovens pobres na escola, em especial nos patamares médios de escolaridade, ocorra lentamente, revelando o aprofundamento das desigualdades sociais para essa parcela da população que frequenta a EJA na rede pública estadual, conforme explicita Peregrino (2014, p. 08).

Por fim pode-se perceber que se por um lado houve alguns avanços, especialmente nos ditames legais e no acesso das classes populares na EJA no ensino médio, há por outro a necessidade de maior articulação entre essas políticas públicas, ainda incipientes, pontuais e efetivadas de acordo com os interesses políticos de uma demanda de governo, sendo poucas institucionalizadas como políticas de Estado. Essas constatações permiti-nos deduzir que as ações do poder público favorecem mais à desconstrução da autonomia dessa modalidade, do que a manutenção das conquistas, cuidadosamente efetivadas em lei ao longo da história recente.

A compreensão das ações públicas federais e estaduais no âmbito da EJA no ensino médio convergiram para a reflexão sobre como esta modalidade se apresenta no município do Rio de Janeiro, considerando as diferenças sócio econômicas e educacionais presentes no território do município do Rio de Janeiro.

### **Configuração territorial do município do Rio de Janeiro e suas especializações**

Ao buscar respostas ao questionamento sobre como se configura o município do Rio de Janeiro, outras considerações foram possibilitadas ao relacionar a configuração territorial ao modo como estão especializadas a população e a EJA no ensino médio, considerando como ponto de reflexão o território.

Sobre esse conceito, destacam-se autores como Santos (2007, p. 14), ao ressaltar que o território deve ser entendido como categoria de análise a partir da definição “o território tem que ser entendido como um território usado, não o território em si”, configurado na junção de duas concepções: a base física e as suas identificações.

Ao considerar as várias noções de território presentes (Haesbaert, 2004) propõe as concepções de território em três vertentes básicas: a política (relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relações espaço-poder institucionalizadas; a cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural; e a econômica (muitas vezes economicista), menos difundida, destacando o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Souza (1995, p 78 e 79), entretanto, afirma que além de buscar as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço, importa entender que o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Ao considerar as perspectivas teóricas, as concepções e as dimensões do conceito de território Saquet (2013, p. 24) ressalta que este conceito abrange as relações entre a sociedade e a natureza “economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; (...) domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas especiais e relações de poder; diversidade e unidade” sendo elas combinação específica de cada relação espaço-tempo.

Com base nas concepções teóricas elencadas o trabalho destacou que o município do Rio de Janeiro apresenta aspectos populacionais, políticos e econômicos que o caracteriza como um dos mais importantes municípios do país e o mais importante do estado, pois além de ser a capital do estado, possui a 2ª maior população e Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Essa proeminência dá a ele um papel de centralidade e o status de Metrópole Nacional e uma região de influência, denominada Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Essa posição de destaque, assim como a configuração de seu território remontam ao período colonial, tanto ao exercer a função portuária, quanto ao longo dessa formação territorial, no qual o município passou por diversas legislações urbanísticas, que resultou na atual divisão político-administrativa estruturada em: Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros (Lei Complementar nº 111/2011).

Conforme o IPP (2014) o território municipal possui cinco Áreas de Planejamento, 16 Regiões de Planejamento, 33 Regiões Administrativas e 161 Bairros, sendo escolhido para fins de análise as cinco Áreas de Planejamento. Essas áreas territoriais são comumente conhecidas como: Centro, Zona Sul, Zona Norte e Zona Oeste, nomenclaturas que estiveram mais associadas a divisão do município do ponto de vista da população e *a posteriori* dos geógrafos.

Na perspectiva das legislações urbanísticas (entre 1918 e 1992), esses termos não eram explicitados como áreas de delimitação do município. Somente após com o Decreto nº 11.935/93, que esta associação ganhou caráter legal, sendo nomeadas: Área de Planejamento 1 (Centro), Área de Planejamento 2 (Zona Sul), Área de Planejamento 3 (Zona Norte), Área de Planejamento 4 (Barra da Tijuca e Jacarepaguá) e Área de Planejamento 5 (Zona Oeste)<sup>[2]</sup>.

Com base nos dados do Censo do IBGE (2010) foram constatadas diferentes espacialidades entre as áreas de planejamento, no ponto de vista socioeconômico. No bojo dessas diferenças a Zona Sul da cidade destoa das demais áreas, especialmente na presença de mulheres (56%); brancos (74%), mais velhos (23%) e com maior renda (33%) (IPP/2010).

Essas diferenças revelam em contrapartida desigualdades espaciais no campo da educação. Como exemplo, constata-se que a metropolitana IV (Zona Oeste) era a área da cidade que, proporcionalmente, tinha mais alunos matriculados na EJA no ensino médio, com cerca de 93% de alunos e presentes no turno noturno (72%). As metropolitanas III (Zona Norte) e VI (Centro e Zona Sul) havia um maior percentual de alunos matriculados no turno

integral ou semipresencial (62% e 58%) e com proporções menores a EJA do ensino médio (66% e 78%).

Essas constatações evidenciam que todo esse processo de inclusão e exclusão na formação do espaço urbano do município do Rio de Janeiro vem ocorrendo desde muito. Um processo caracterizado por uma estratificação espacial em um formato linear descontínuo, no qual o Estado vem atuando geralmente articulado à classe dominante, na garantia do interesse e da rentabilidade de seus investimentos. Formato esse semelhante às demais áreas metropolitanas brasileiras, onde a divisão do poder político e das consequentes formas de distribuição de renda do país altamente concentradoras, são visíveis nas perspectivas regional, intrametropolitano e intra-urbano. Um modelo duplo e complementar de estruturação no qual coexistem os aspectos formal (oficial) e informal, não raro apontado como ilegal.

Essa constatação não só dialoga com Abreu (1987), Geiger (2002) e Ribeiro (2015), como revela uma diversidade de sujeitos presentes na cidade do Rio de Janeiro, sendo fundamental refletir se em cada território, o perfil dos alunos matriculados na EJA do ensino médio pode variar de acordo com o território.

### **Os alunos da EJA no ensino médio: suas tendências e variações no território**

Com a compreensão sobre as espacializações presentes na cidade do Rio de Janeiro a pesquisa buscou caracterizar o perfil dos alunos da EJA no ensino médio e as possíveis variações de acordo com o território, a fim de encontrar possíveis tendências e variações no perfil desses sujeitos, presentes no território municipal.

Para fins de análise essas áreas foram denominadas como Centro-Sul<sup>[3]</sup>, Zona Norte, Zona Oeste correspondendo respectivamente a 178 (19%); 356 (38%) e 399 (43%), em quantidade de questionários aplicados e valores percentuais da amostra.

As escolas situadas nos bairros do Centro, Copacabana, Largo do Machado, Leblon e Vila Isabel compunham a área Centro-Sul; as dos bairros de Bonsucesso, Maré, Manguinhos, Irajá e Méier a área da Zona Norte e as de Santa Cruz, Campo Grande, Magalhães Bastos e Taquara as da Zona Oeste da cidade.

A análise das vinte sete variáveis permitiu observar que, representativamente, que os alunos da EJA do ensino médio, matriculados na rede estadual no município do Rio de Janeiro, possuíam tendências, que em sua maioria se caracterizavam por ser mulheres (57%); de idade entre 18 e 24 anos (56%); pretos e pardos (65%); com renda familiar de até dois salários mínimos (68%); filhos de mães como ensino fundamental (66%); evangélicos (46%); solteiros (60%); sem filhos (55%); naturais do estado do Rio de Janeiro (84%); moradores do município do Rio de Janeiro (99%) cujas escolas se localizam na mesma área em que moravam (88%).

Do ponto de vista das relações trabalho e estudo, a maior parte deles começou a trabalhar com idade acima dos 15 anos (54%); conciliaram em algum período de sua trajetória escolar a escola com o trabalho (82%); possuíam trabalho fixo (55%), algum tipo remuneração (83%) e já tiveram carteira assinada (57%).

Ingressaram na escola antes dos seis anos de idade (68%); concluíram o ensino fundamental com mais de 15 anos (75%); concluíram no ensino regular (56%) e iniciaram o ensino médio com idade acima dos 18 anos (62%). Levavam menos de 30 minutos para chegar a escola (75%) e em sua maioria iam a pé (44%).

Como atividade cotidiana, a maior parte deles tinham salas de cinema perto de sua moradia (69%); nunca foram a um teatro (39%); frequentemente ou às vezes frequentavam outras áreas fora do seu lugar de moradia e estudo (69%); seus familiares eram considerados como melhores amigos (34%) e não participavam de nenhum grupo social ou identitário (65%).

Essa representação macro do perfil, especialmente nas variáveis sexo e cor dos alunos, corrobora os dados revelados por outras pesquisas sobre o perfil dos alunados, como a apresentada pela SEEDUC (2014). Essa pesquisa revelou que, no estado do Rio de Janeiro, os alunos da EJA matriculados na rede estadual estavam representados em 50% da amostra por mulheres de cor preta ou parda (negra). A variável cor chamou a atenção devido às cores preta e parda serem as de maior representatividade tanto nas escalas estadual e municipal, quanto na intramunicipal, não mostrando variações espaciais significativas (menos de 5 pontos) entre as Zonas Norte, Oeste e Centro/Sul.

Além da cor, as variáveis município de moradia, renda familiar, trabalho remunerado, idade que começou a estudar, tipo de formação, tempo até a escola, tipo de locomoção até a escola (a pé), frequência a outros lugares fora do seu local de moradia e participação em grupos sociais também não variaram pelas regiões em estudo, apresentando uma diferença menor que 10 pontos percentuais entre as áreas de maior e menor percentual.

Quanto à espacialização das 17 variáveis restantes pelas áreas das Zonas Oeste, Norte e Centro/Sul da cidade, fica constatado que a Zona Norte, recorte da pesquisa, destacou-se em relação as três, apresentando em sua amostra um coletivo com mais mulheres (63%), moradoras de comunidade (83%), filhas de mães com o ensino fundamental (74%), com diferenças acima de 10 pontos percentuais em relação aos outros territórios.

Na comparação com a Zona Oeste, a Zona Norte apresentou contrapontos significativos que indicavam espacializações distintas dentro das tendências apresentadas pela amostra. Com diferenças percentuais superiores a 10%, a Zona Norte caracterizou-se em relação a Zona Oeste por apresentar um conjunto de alunos na maioria: mulheres, com idade acima dos 25 anos, moradores de comunidades, casados, com filhos, filhos de mães com o ensino fundamental, com maioria trabalho fixo e carteira de trabalho assinada, ingressaram na escola depois dos 6 anos, concluiu o ensino fundamental depois dos 15 anos e iniciou o médio com mais de 18 anos.

As diferenças no perfil de alunos para essas duas áreas podem ser justificadas considerando o processo histórico de formação e ações governamentais no território do município, assim como pela Zona Oeste possuir um processo de ocupação mais recente que a Zona Norte, ocupação mais consolidada. Essa lacuna temporal no processo de expansão da cidade pode repercutir tanto na quantidade e tipo de aparelhos urbanos (escolas, hospitais, praças, transporte público etc.), assim como no perfil de seus habitantes.

Nesse sentido, a Zona Oeste por ser mais recente pode apresentar um território desprovido de muitos aparelhos urbanos, assim como um perfil de população mais jovem que repercute no campo da educação e da EJA no ensino médio com os perfis supracitados. Por outro lado, a Zona Norte, por motivos inversos, apresenta um perfil de alunos mais velhos.

Com base nos resultados apresentados, pode-se inferir que a ocupação do território influencia ou influenciou na trajetória escolar os alunos da EJA no ensino médio, situados no município do Rio de Janeiro. Acresce a isso a percepção de que estes alunos não só possuem características que revelam tendências dessa coletividade, como também apresentam distinções que, dependendo do olhar empregado, diferenciaram-se dentro do território.

## Os alunos da EJA no ensino médio na Zona Norte e suas mobilidades pelo território

Ao partir dos resultados apresentados sobre os perfis discentes, a pesquisa avançou com a finalidade de compreender como se caracterizam os alunos, destacando como território de reflexão a Zona Norte da capital do estado. Assim, fundamentado nos conceitos de domínio e apropriação do território (HAESBAERT, 2004), buscou-se analisar especialmente as questões que envolvem o deslocamento desses sujeitos pelo território, a partir da regularidade que esses alunos frequentam outras áreas da cidade fora do seu local de moradia e estudo.

Sobre ambos conceitos Haesbaert e Limonad (2007, p. 42), ao afirmam que o “território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado”, destacam que o mesmo não deve ser associado exclusivamente a simples materialidade do espaço socialmente construído, assim como a um conjunto de forças mediadas por esta materialidade.

Assim, território é visto como uma relação de apropriação e/ou domínio da sociedade sobre o seu espaço. Para Haesbaert (2006, p. 117 e 118) essa relação “incorpora como um de seus constituintes fundamentais o movimento, as diferentes formas de mobilidade, ou seja, não é apenas um ‘território-zona’, mas também um ‘território-rede’”.

Ao partir dessa perspectiva, a Zona Norte do município é entendida como um “território-zona” e foi questionado, como e quais grupos de alunos dominam e apropriam-se do território considerando as diferentes formas de mobilidade existentes.<sup>[4]</sup>

Atualmente, a Zona Norte do município do Rio de Janeiro possui uma extensão territorial de 203,47km<sup>2</sup>, correspondendo a 17% do território da cidade. Sua área faz limite com as áreas de planejamento 01, 02, 05 e com a Baixada Fluminense. A Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a Linha Amarela são suas principais vias de acesso e estão integradas às duas principais rodovias federais de entrada e saída da cidade, Presidente Dutra e Washington Luiz.

De acordo com o último Plano Diretor da cidade (2011), esta área possui 80 bairros, subdivididos em sete subáreas de planejamentos (3.1- Ramos, 3.2 - Méier, 3.3 - Madureira, 3.4 - Inhaúma, 3.5 - Penha, 3.6 - Pavuna, 3.7 - Ilha do Governador) e 13 regiões administrativas.

Segundo o IPP (2010) com base no Censo de 2010, habitavam essa área geográfica 2.399.159 pessoas, o que correspondia a 38% do total da população residente na cidade do Rio de Janeiro, considerada também como uma área densamente povoada com 11.791 hab/km<sup>2</sup>. Essa população estava composta por 47% homens e 53% de mulheres; 20% de crianças e adolescentes, 24% jovens, 41% de adultos e 15% de idosos.

Em relação à EJA do ensino médio ofertada pela rede estadual do Rio de Janeiro, a área é administrada pela coordenadoria Região Metropolitana III. Essa Metropolitana abrange a maior parte dos bairros da região da Zona Norte do município (62 bairros).<sup>[5]</sup>

Em 2013, a Metropolitana III era composta por 101 escolas que representavam 8% da rede estadual. Com relação à EJA, atendia a cerca de 10.500 alunos (31%), distribuídos em 44 escolas, atendendo a etapa final do ensino fundamental e o ensino médio nas modalidades presencial e semipresencial. O ensino médio correspondia a 66% com 6.910 alunos.

A maior parte estavam matriculados no turno integral que, de acordo com a SEEDUC, correspondia a modalidade de ensino semipresencial<sup>[6]</sup>, correspondente aos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs). Em números proporcionais, 62,1% estavam matriculados no turno integral, 37,6% no noturno e 0,3% de tarde. Por outro lado, mesmo com um quantitativo menor de alunos, essa Regional possuía um número maior de alunos na etapa final do ensino fundamental, correspondendo a 33% do total.

A pesquisa revelou que nas médias municipais o sexo masculino foi o grupo de alunos que mais frequentava áreas fora do seu local de moradia e estudo (72%); que a faixa etária que mais se destacou foi a de mais de 25 anos de idade (73%), assim como aqueles de cor branca (72%). Com relação à renda, sobressaíram os que possuíam renda salarial domiciliar acima dos cinco salários mínimos (78%), assim como não moradores de comunidades (78%), trabalhadores (71%) e amigos associados a grupos que frequentam (81%).

A Zona Norte, além de seguir as médias municipais apresentou diferenças percentuais para algumas variáveis, que a destacaram em relação às demais áreas em estudo. Essa área apresentou maiores proporções de mulheres (2 pontos percentuais acima); com idade acima dos 30 anos (6 pontos); de pretos e pardos (3 e 5 pontos); com renda entre dois e cinco salários mínimos (11 pontos); não moradores de comunidades (8 pontos); que somente estudavam (com 4 pontos) e que seus melhores amigos eram pessoas relacionadas ao grupos que frequentavam, escola e trabalho (9 pontos acima), como aqueles que frequentavam áreas fora do seu lugar de moradia e estudo.

Os dados apresentados evidenciaram a existência de desigualdades sócio-espaciais intra-urbana na cidade do Rio de Janeiro. Revelaram também que esta desigualdade, sobretudo associada a idade, cor, renda e situação de moradia, impacta na forma como os alunos dominam o território, apresentando diferentes formas controle social. (HAESBAERT, 2004).

Uma possível justificativa para essa constatação pode estar relacionada a rede de transportes existente, pois a Zona Norte organizou-se seguindo os eixos das linhas férreas e bondes que a serviam. Atualmente, acresce a essa região as principais vias de acesso às rodovias interestaduais da cidade como a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, assim como a presença da linha 2 do metrô, terminal de BRT, aeroporto e terminal de barcas.

### Para não concluir

Ao longo de todo trabalho pode-se constatar que as práticas cotidianas das pessoas são práticas espacializadas, que se fazem presentes nesta pesquisa dentro do município do Rio de Janeiro. Essas espacialidades indicaram diversidades que se revelaram a partir da desigualdade sociais, que em última instância ecoaram dentro dos bancos escolares, a partir das diferentes constituições dos perfis dos alunos, no que tange suas características socioeconômicas, suas relações entre trabalho e estudo educacionais, trajetória escolar, característica das escolas e suas atividades cotidianas.

Essa constatação possibilita contribuir para possíveis ações do poder público no atendimento desses sujeitos que, entretanto, não são observadas pelas políticas que são desenvolvidas. O não olhar para esse fenômeno, dificulta a

construção coletiva do conhecimento, a escolarização dos alunos envolvidos e, por consequência, o crescimento econômico social emancipatório do município.

Com a pretensão de não finalizar esta discussão, as questões aqui abordadas suscitam questionamentos carecem maior atenção em investigações futuras, a saber: como se configuram as propostas curriculares e didáticas pedagógicas voltadas e as características dos alunos matriculados na EJA do ensino médio da rede estadual? O que representa os ensinos regular e semipresencial (ou a distância) no âmbito das políticas públicas para EJA? Existem variações no perfil dos alunos matriculados no ensino presencial e semipresencial? Quais outras variáveis podem contribuir para a compreensão da diversidade do público da EJA?

### Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 4ª edição, 1987.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015.

\_\_\_\_\_. *Emenda constitucional nº 59/2009*. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Senado Federal, 2009.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.394/1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.478/2005*. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília: DF, 2005.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.840/2006*. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília: DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 01 de 2000*. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE, 2000.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 03 de 2010*. Dispõe sobre Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Brasília, DF: CNE, 2010.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 02 de 2012*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: CNE, 2012.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 06 de 2012*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: CNE, 2012.

\_\_\_\_\_. IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

GEIGER, Pedro P. *A Metrópole e Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2002.

HAESBAERT, Rogério. *Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ordenamento Territorial*. Universidade Federal de Goiás/Instituto de Estudos Socioambientais. Boletim Goiano de Geografia. v.16. Jan/jun. Goiânia. 2006

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. etc, espaço, tempo e crítica Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, nº 2 (4), vol. 1 UFF: Niterói, 2007.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. *Diagnóstico da educação de jovens e adultos na região Costa Verde do estado do Rio de Janeiro: mapeamento do território em subsídio a uma nova agenda política*. UFF, 2017.

PEREGRINO, Mônica. *Escola, Trabalho e Território: elementos para a compreensão dos modos de transição para a vida adulta de jovens em "defasagem escolar" no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2014.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; Et al. *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015. Recurso Digital

RIO DE JANEIRO. SEEDUC. *Seeduc em Números: transparência na educação*. Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. CEPERJ. *Análise dos aspectos de vida da população do estado do Rio de Janeiro: Relatório Final*. Rio de Janeiro. 2015.

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. In [SANTOS, Milton](#) (et al.) Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: [Lamparina](#), 3ª edição. 2007,

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções sobre o território*. 3ªed., São Paulo: Outras expressões, 2013.

SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. O território: sobre o espaço e o poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORREA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e temas*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

[1] O referido projeto da UNIRIO, é desdobramento da pesquisa interinstitucional "Jovens Fora de Série: trajetórias truncadas de estudantes do ensino médio no estado do Rio de Janeiro" realizado no período de 2012 a 2015 aprovado pela FAPERJ, em 2011, e contou com a participação de pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação da UFF; Pós-Graduação em Educação da UNIRIO; Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana UERJ; Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais PPGEDU - UERJ; Educação, Cultura e Comunicação nas Periferias Urbanas - UERJ.

[2] O atual Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, apesar de citá-las, mantém a divisão territorial pré-existente (Área de Planejamento, Região Administrativa e bairros), entretanto não as nomeia conforme o decreto de 1993.

[3] As áreas territoriais do Centro e da Zona Sul foram assim agrupadas devido ao número de entrevistas na área do Centro, assim como pelo tipo de formação histórica e a presença de aparelhos urbanos presentes nessas áreas.

[4] O conceito de apropriação do não foi considerado como objeto de reflexão nesta análise pois ele abrange um caráter qualitativo de interpretação, com questões que o banco de dados não contempla.

[5] Com a Resolução SEEDUC nº 5.563 de 20 de setembro de 2017 altera a área de abrangência geográfica da Regional Metropolitana III sofreu alteração incluindo a ela alguns bairros da Regional Metropolitana VI.

[6] A justificativa se faz dividida a escola/professores estarem disponíveis em período integral aos alunos matriculados nesta modalidade.